



Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2019



Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas 2

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências humanas [recurso eletrônico] : características práticas, teóricas e subjetivas 2 / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências humanas: características práticas, teóricas e subjetivas; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-885-4 DOI 10.22533/at.ed.854192312 1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de. III. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Ciências Humanas: características práticas, teóricas e subjetivas – Vol. II, coletânea de vinte e oito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Humanidades.

Os capítulos aqui organizados pautam distintos conteúdos que são ou que dialogam com as Humanidades. Isso, por si só, já demonstra o caráter plural e transdisciplinar dessa vertente do saber. Passando já para os capítulos, temos discussões sobre: migrações transnacionais, cultura política, gênero, identidade e representação presidencial, machismo e feminismo, colonização, plano diretor, espaço urbano, avaliação de cursos, assistência estudantil, agir comunicativo, saúde mental, aprisionamento, suicídio, maternidade, a realidade da Catalunha, estado, FUNAI, publicidade, adaptação e tradução, arte, literatura, religião, filosofia da religião e empresas. Todos estes que, de igual modo, merecem singular atenção.

Tenham excelentes diálogos!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA HISTÓRICA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS	
Patricia Bosenbecker	
DOI 10.22533/at.ed.8541923121	
CAPÍTULO 2	14
A CULTURA POLÍTICA DO VARGUISMO NO BRASIL E DO PERONISMO NA ARGENTINA: UM DIÁLOGO COM A OBRA “MULTIDÕES EM CENA” DE MARIA ROLIM CAPELATO	
Luiz Eduardo Pinto Barros	
DOI 10.22533/at.ed.8541923122	
CAPÍTULO 3	25
PERSPECTIVAS DE GÊNERO A PARTIR DA IDENTIDADE FEMININA NA REPRESENTAÇÃO PRESIDENCIAL DO BRASIL, CHILE E ARGENTINA	
Danielle Jacon Ayres Pinto Giuliana Facco Machado Yasmine Pereira Sensão	
DOI 10.22533/at.ed.8541923123	
CAPÍTULO 4	38
MACHISMO E FEMINISMO NA INTERNET: ANÁLISE DA PÁGINA “DESQUEBRANDO O TABU”	
Carolina Pinaffi Valerio Alvaro Marcel Palomo Alves	
DOI 10.22533/at.ed.8541923124	
CAPÍTULO 5	49
ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO (1900-1960)	
José Carlos dos Santos Astor Weber	
DOI 10.22533/at.ed.8541923125	
CAPÍTULO 6	62
CANDIOTA E O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	
Renan Rosso Bicca José Leonardo de Souza Castilho Magali Nocchi Collares Gonçalves Maria Elaine dos Santos Leon Maria de Fátima Schimidt Barbosa Ariadne Costa Leal	
DOI 10.22533/at.ed.8541923126	

CAPÍTULO 7	70
AS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS E A RELAÇÃO ESPAÇOS PÚBLICOS X SHOPPING CENTERS NA DISPUTA PELA TITULARIDADE DE ÁGORAS CONTEMPORÂNEAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FORTALEZA – CEARÁ	
Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8541923127	
CAPÍTULO 8	82
AVALIAÇÃO DE RISCOS EM AEROPORTOS REGIONAIS: ESTUDO DE CASO NO AEROPORTO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, GOIANÁ, MG	
Geraldo César Rocha Edinaldo Muller Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8541923128	
CAPÍTULO 9	88
CRUZAMENTO DE DADOS COMO FERRAMENTA DE PROSPECÇÃO DE RISCO GEOLÓGICO EM ÁREAS URBANAS	
Rubem Porto Jr Beatriz Forny Beatriz Paschoal Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.8541923129	
CAPÍTULO 10	99
AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE BACHAREL EM GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL	
Angel Nascimento Santos Ricardo Ribeiro Alves Djulia Regina Zieman Jéssica Alves da Motta Júlia Gama de Simão	
DOI 10.22533/at.ed.85419231210	
CAPÍTULO 11	106
AS TENDÊNCIAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ANOS 2000: A PARTICULARIDADE DA UPE	
Fernanda Eduarda Silva Rodrigues da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85419231211	
CAPÍTULO 12	116
O AGIR COMUNICATIVO NO CONTEXTO DAS AÇÕES BI-SETORIAIS: A RODA SOCIALIZADORA NO CENÁRIO DO GRANDE BOM JARDIM	
Emanoel Márcio da Silva Rodrigues Cleide Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.85419231212	
CAPÍTULO 13	128
O PAPEL DO CAPS III NOS SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS DE SAÚDE MENTAL DE BOA VISTA – RORAIMA	
Daniela Cristina da Silva Melo	

Aliã da Silva Carvalho
Janaine Voltolini de Oliveira
Ilderson Pereira Silva

DOI 10.22533/at.ed.85419231213

CAPÍTULO 14 135

PERFORMANCE DE CORPOS APRISIONADOS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DE HOMENS PRIVADOS DE LIBERDADE COM HIV/AIDS

Isabella Beatriz Gonçalves Lemes
Cássia Barbosa Reis

DOI 10.22533/at.ed.85419231214

CAPÍTULO 15 143

REFLEXÕES SOBRE O SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA

Carla Dornelles da Silva
Sales Gama da Silva

DOI 10.22533/at.ed.85419231215

CAPÍTULO 16 151

REALIZANDO VALORES ATRAVÉS DA MATERNIDADE

Simone Guedes Alves Gomes dos Santos
Veridiana da Silva Prado Vega

DOI 10.22533/at.ed.85419231216

CAPÍTULO 17 155

CATALUÑA INDEPENDIENTE: ¿UTOPIA O REALIDAD?

Raquel Gonçalves Vieira Machado de Melo Morais

DOI 10.22533/at.ed.85419231217

CAPÍTULO 18 166

ESTADO WESTFALIANO VERSOS ESTADO-NAÇÃO E SEUS REFLEXOS NAS COLÔNIAS DA AMÉRICA LATINA

Pedro Henrique Chinaglia
Waleska Cariola Viana

DOI 10.22533/at.ed.85419231218

CAPÍTULO 19 184

OS TERENA DE MATO GROSSO DO SUL E A CARTEIRINHA DA FUNAI: DE SIGNO MATERIAL DA TUTELA À RESSIGNIFICAÇÃO

Patrik Adam Alves Pinto
Victor Ferri Mauro

DOI 10.22533/at.ed.85419231219

CAPÍTULO 20 198

EXPRESSÃO CORPORAL A PARTIR DA VIVÊNCIA NA TRILHA DO CERRO DO JARAU

Maria Elisabeth Valls de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.85419231220

CAPÍTULO 21	203
A PUBLICIDADE E O PÚBLICO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A REGULAÇÃO DA PUBLICIDADE NA TELEVISÃO	
Kewlliane Fernandes de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85419231221	
CAPÍTULO 22	213
A CANÇÃO E SUA VERSÃO: PROCEDIMENTOS DE ADAPTAÇÃO/TRADUÇÃO NAS CANÇÕES DE DESENHOS DE PRINCESAS DO ESTÚDIO DISNEY	
Viviane Alves Melo Almada Edson Carlos Romualdo	
DOI 10.22533/at.ed.85419231222	
CAPÍTULO 23	242
LIVRO DE ARTISTA E O UNIVERSO DAS PALAVRAS: MIRA SCHENDEL E TORRES GARCÍA	
Priscilla Barranqueiros Ramos Nannini	
DOI 10.22533/at.ed.85419231223	
CAPÍTULO 24	255
A PERSPECTIVA FEMININA EM LA MUJER QUE LLEGABA A LAS SEIS E MARIA DOS PRAZERES, DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ	
Evellyn Freitas Bibiano Joana de Fátima Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.85419231224	
CAPÍTULO 25	269
A(S) CIÊNCIAS(S) DA RELIGIÃO E A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO CIENTÍFICA E AUTÔNOMA SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO	
Eduardo Marcos Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.85419231225	
CAPÍTULO 26	275
O CARDEAL JOSEPH RATZINGER E A CRÍTICA A ALGUNS ASPECTOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	
Bruno Fernandes Mamede	
DOI 10.22533/at.ed.85419231226	
CAPÍTULO 27	289
SUA EMPRESA PODE ESTAR DOENTE	
Sandra Oliveira Ferrão Vanderlei Souto dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.85419231227	
CAPÍTULO 28	297
O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA: A PRÁTICA DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	

FÍSICA DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA

Rafael Silveira da Mota
Jaison Marques Luiz
Veronice Camargo da Silva
Mauricio Aires Vieira
Rafael Silveira da Mota

DOI 10.22533/at.ed.85419231228

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	304
ÍNDICE REMISSIVO	305

AS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS E A RELAÇÃO ESPAÇOS PÚBLICOS X SHOPPING CENTERS NA DISPUTA PELA TITULARIDADE DE ÁGORAS CONTEMPORÂNEAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FORTALEZA – CEARÁ

Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa
Fortaleza - Ceará

THE DISPUTE FOR THE OWNERSHIP
OF CONTEMPORARY AGORA IN THE
PRODUCTION OF URBAN SPACE IN
FORTALEZA – CEARÁ

RESUMO: A década de 1970 foi caracterizada pela crescente descentralização comercial do Centro de Fortaleza, ocasionada por uma expansão urbana, com a geração de centros secundários por toda a cidade e pelo deslocamento dos grandes magazines, para uma nova modalidade de empreendimento comercial que se popularizava pelo mundo todo: O Shopping Center. O Centro de Fortaleza perdia assim uma de suas centralidades mais importantes que era aglutinar as atividades comerciais da sociedade. Os shopping centers no decorrer dos anos, por sua vez, expandiram seu campo de atuação sobre a sociedade, além da relação comercial, de tal forma que hoje seu “ideário de espaço perfeito”, se apropria de usos e funções, notadamente de espaços públicos como as praças, ao mesmo tempo em que influencia a estética cada vez mais minimalista e sem atrativos dos espaços públicos

PALAVRAS-CHAVE: Descentralização. Shopping Center. Espaços Públicos.

ABSTRACT: The decade of 1970 was characterized by the increasing commercial decentralization of the Center of Fortaleza, caused by an urban expansion, with the generation of secondary centers throughout the city and the displacement of the great magazines, for a new modality of commercial enterprise that was popularized by the world everything: The Shopping Center. The Fortaleza Center thus lost one of its most important centralities which was to bring together the commercial activities of society. The shopping malls over the years, in turn, expanded their field of action on society, as well as the commercial relationship, in such a way that today its “ideal space ideal”, appropriates uses and functions, notably public spaces like the squares, while at the same time influencing the aesthetics more and more minimalist and unattractive of public spaces.

KEYWORDS: Decentralization. Shopping center. Public spaces.

SOCIO-SPATIAL DYNAMICS AND THE
RELATIONSHIP BETWEEN PUBLIC
SPACES AND X SHOPPING MALLS IN

1 | INTRODUÇÃO

1.1 A praça: espaço público polivocacional.

Para entendermos a importância e

relevância dos espaços públicos, mais notadamente a praça pública, consideramos pertinente nos remeter, inicialmente, ao conceito de *Ágora* como uma das primeiras formas de organização do espaço público.

Nas Cidades Gregas a *Ágora* era um espaço normalmente centralizado, exclusivo para pedestres, equitativo e paritário em sua natureza onde o cidadão, através de sua frequência quase diária a esse lugar, via despertar as ideias de igualdade, fraternidade e liberdade e que mais tarde iriam originar, através da prática destes valores, a democracia. Nesses espaços públicos sem dimensões e/ou configurações físicas determinadas, margeados pelas edificações mais importantes da cidade, era onde ocorriam todas as atividades cidadinas pertinentes à integração e a sociabilização de seus cidadãos nos mais variados graus, bem como a prática forense, debates filosóficos e intelectualizados e, ainda, onde eram desenvolvidas atividades secundárias como pequenas práticas comerciais. Mais precisamente, sobre essas funções da *Ágora*, Mumford (1982) comenta que:

Se, na economia do século V, a *ágora* pode ser apropriadamente chamado uma praça de mercado, sua função mais antiga e mais persistente foi a de ponto de encontro comunal. Como de hábito, o mercado era subproduto do ajuntamento de consumidores, que tinham outras razões para se reunirem além de fazerem negócios. (MUMFORD, 1982, p. 166).

Tal configuração espacial das cidades gregas acabou por influenciar outras civilizações como a Romana e posteriormente a Bizantina, entre outras que adotaram espaços análogos as *Ágoras* em suas cidades a exemplo dos *Fóruns*. Com o declínio do Império Romano, o crescimento da Igreja Católica influenciando e solicitando uma conduta social mais direcionada à reflexão e ao insulamento e os inúmeros embates entre os nobres europeus por definições territoriais fizeram a vida social ocorrer intramuros dos Castelos Feudais e, por conseguinte, o inevitável recrudescimento dos espaços públicos.

Até o início do século XVIII, na Europa, o projeto de praças restringia-se ao entorno dos palácios que nem sempre estavam inseridos em contexto urbano. Normalmente os espaços abertos, arborizados e floridos eram características da arquitetura dos palácios de veraneios ou campestres, sendo que só na metade do século XVIII, com a arquitetura estilo Rococó, é que os grandes jardins precursores dos espaços públicos e praças começaram a ganhar espaço nas cidades. Os espaços livres existentes e marcados pelas aglomerações humanas estavam, em geral, relacionados à existência de mercados populares (comércio) ou no entorno de igrejas e catedrais. No século XIX, com a transformação de Paris decorrente da intervenção feita por

Hausmann, influenciado pelos ideais iluministas e positivistas a Cidade Luz despontou como uma cidade burguesa por excelência. As alterações urbanas

efetivadas no Centro de Paris influenciadas pela arquitetura neoclássica que mais uma vez resgatava a lógica espacial grega, se caracterizava por grandes e largas avenidas partindo em radiais concêntricas e tendo o Arco do Triunfo como centro. Outras características eram os grandes jardins, alamedas arborizadas e espaços abertos para convivência e interação. É aí que o desenho e configuração espacial das praças entram em cena, preconizado pelo trabalho de profissionais como Frederick Law Olmsted que projetou o Central Park de Nova Iorque.

O conceito de *Ágora* ultrapassa, de certo modo, o período grego – romano, demonstrando que as cidades, principalmente as latinas, com seus espaços abertos e suas variantes como cafés avarandados e quiosques descendem e se referenciam ao conceito de *Ágora*.

Lynch (2014) seguindo essa acerção afirma que os espaços públicos são pontos nodais, porquê :

São lugares estratégicos de uma cidade através dos quais um observador pode entrar, são focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove. Podem ser basicamente junções, locais de interrupção do transporte, um cruzamento ou uma convergência de vias, momento de passagem de uma estrutura a outra. Ou podem ser meras concentrações que adquirem importância por ser a condensação de algum uso ou de alguma característica física, como um ponto de encontro numa esquina ou uma praça. Alguns desses pontos nodais de concentração são o foco e a síntese do bairro, sobre o qual sua influência se irradia e do qual são um símbolo (LYNCH, 2014, p. 53).

Segundo os arquitetos e urbanistas, Macedo e Robba (2002), as praças, enquanto espaços públicos, são espaços abertos e urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, e sua função primordial é a de aproximar e reunir as pessoas, seja por motivo cultural, econômico (comércio), político ou social. A praça é, também, um espaço dotado de símbolos, que carrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e socioculturais, sendo fundamental para a cidade e seus cidadãos. Constitui-se em local de convívio social por excelência (DIZERÓ, 2006). É um espaço de reunião, construído para e pela sociedade, imbuída de significados, marcos centrais da constituição de trajetos, ponto de chegada e partida, concentração e dispersão. Consiste em espaço para pedestres e é palco representativo da dimensão cultural e histórica da cidade, além de abrigar, frequentemente, o comércio formal e o informal, como as feiras populares, coloniais, de artesanato, entre outras (FONT, 2003). Espacialmente, a praça é definida pela vegetação e outros elementos construídos. Assim, de acordo com cada sentido que a palavra praça pode assumir, estes espaços podem ser classificados de acordo com Macedo e Robba (2002), em:

- ▶ Praça Jardim: espaços nos quais a contemplação das espécies vegetais, o contato com a natureza e a circulação são priorizados. Estes podem ser

fechados por grades ou cercas, como o passeio público do Rio de Janeiro e de Curitiba, ou ainda podem ser abertos e rodeados de imóveis (comerciais e residenciais). No Brasil, o conceito de praça está, normalmente, associado a ideia de verde e de ajardinamento urbano, por este motivo, os espaços públicos formados a partir do pátio das igrejas e dos mercados públicos é comumente chamado de adros ou largos;

► Praça Seca: largos históricos ou espaços que suportam intensa circulação de pedestres. Em algumas destas praças inexistem qualquer tipo de árvores ou jardins e nelas o importante é o espaço gerado pela arquitetura e são relações entre volumes do construído e do vazio que dão ao conjunto a escala humana. Nestes locais destacam-se símbolos arquitetônicos como a Praça de São Marcos em Veneza (Itália), a Praça de São Pedro em Roma (Itália) ressaltando a Basílica, a praça dos três Poderes em Brasília e o Memorial da América Latina em São Paulo;

► Praça Azul: praças na qual a água possui papel de destaque. Alguns belvederes e jardins de várzea possuem esta característica;

► Praça Amarela: as praias em geral são consideradas praças amarelas;

Conforme ainda Macedo e Robba (2002), os benefícios trazidos pelas praças públicas decorrem tanto da vegetação que pode ser abrigada por elas, quanto de aspectos subjetivos relacionados à sua existência, como a influência positiva na psiquê coletiva da população, proporcionada pelo contato com a área verde e/ou pelo uso do espaço para o convívio social. A vegetação urbana atua ainda, de forma direta, no conforto ambiental.

Macedo e Robba (2002) classificam os valores atribuídos às praças em três categorias: Valores ambientais, valores funcionais e valores estéticos e simbólicos.

► Valores Ambientais: Os valores ambientais dizem respeito ao espaço livre ocupado pelas praças que permite: melhoria na ventilação e aeração urbana; melhoria da insolação de áreas mais adensadas; as árvores promovem o sombreamento das ruas e seus canteiros não irradiam tanto calor como o asfalto ou piso de concreto, propiciando o controle da temperatura; a cobertura vegetal permite a melhoria na drenagem das águas pluviais e a proteção do solo contra a erosão (MACEDO e ROBBA, 2002, p. 32).

► Valores Funcionais: Os valores funcionais correspondem à importância que muitas praças têm como as principais, senão únicas, opções de lazer urbano. Estas áreas servem como ponto de encontro, local aberto para apreciação da paisagem, além de disporem, muitas vezes, de outros atrativos destinados ao lazer da população, como: coretos para apresentações culturais, fontes que jorram água, bancos para descanso, quiosques com vendas de lanches, barras de ginástica, pistas de caminhada e ciclovias, parquinhos para crianças, entre outros (MACEDO e ROBBA, 2002, p. 32).

► **Valores Estéticos e Simbólicos:** Os valores estéticos e simbólicos representam a função das praças, enquanto espaços públicos, objetos referenciais e cênicos da paisagem urbana, além de exercerem importante papel na identidade de um município, bairro ou rua. Geralmente relacionado à carga histórico-cultural, as praças são vistas e atuam como espaço de diálogo, local acolhedor para o passeio e lazer de toda sociedade. Do ponto de vista estético, as praças contribuem através das qualidades plásticas – cor, forma, textura – de cada uma das partes visíveis que as integram (MACEDO e ROBBA, 2002, p. 33).

O geógrafo Angelo Serpa, em seu livro “O espaço público na cidade contemporânea” (2014), afirma que:

O espaço público deve ser compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política, ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade (...) Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comuns a todos (SERPA, 2014, p. 09).

De um modo geral, o autor associa os espaços públicos ao espaço das ações políticas, mas também à lógica do consumo, uma vez que o centro comercial, o mercado que são lugares privados, mas que são abertos ao público em geral, caracterizando-os, portanto como espaços públicos.

Caminhando de certo modo na mesma direção de Serpa, o filósofo urbano Thierry Paquot (2009), assim considera o espaço público.

[...] o espaço público evoca não somente o lugar do debate político, da confrontação das opiniões privadas e a publicidade se esforça de tornar públicos, mas também uma prática democrática, uma forma de comunicação, de circulação dos diversos pontos de vista; Os espaços públicos, em si, designam, os lugares acessíveis ao(s) público(s) percorridos pelos habitantes, quer eles residam ou não nas proximidades. Estas são as ruas e as praças [...]

Portanto os espaços públicos são aqueles espaços frequentados pelas pessoas de modo que mesmo que o espaço seja privado, como um Shopping Center, mas aberto ao público, ele se caracteriza como espaços livres que em geral se inserem na lógica urbana.

Continuando tratando dos espaços públicos, Serpa (2014), complementa que este é visto também [...] simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos [...]

Serpa (2014) ainda faz uma correlação entre o espaço público, seu consumo cultural e a cidade, afirmando que:

No período contemporâneo, o “consumo cultural” parece ser o novo paradigma para o desenvolvimento urbano. As cidades são reinventadas a partir da reutilização das formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na proliferação (desigual) de equipamentos culturais. Nasce a cidade da “festa-mercadoria”. Essa nova (velha) cidade folcloriza e industrializa a história e a tradição dos lugares, roubando-lhes a alma. É a cidade das requalificações e revitalizações urbanas, a cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares espetáculos (SERPA, 2014, p. 107).

Entender os usos de um espaço público de uma cidade contemporânea é acima de tudo compreender sua capacidade caleidoscópica, volátil e de mobilidade contínua enquanto gera relações e enquanto é gerada a partir de suas dinâmicas sócio-espaciais, toda sorte de digressões: violência, segregação, imigração, cidadania e participação. É apreender sua natureza de “colcha de retalhos” (SERPA, 2014, p. 181), e analisar a atuação da esfera pública enquanto representantes da sociedade.

Outro fator de relevância seria a valorização imobiliária, instrumento econômico que direciona os usos do solo urbano e os dimensiona em termos pecuniários. Atualmente os parques e praças públicas são considerados pontos nodais das ações dos gestores públicos e da iniciativa privada como elementos dinâmicos de inúmeros programas de renovação urbana. O que destaca um aspecto contraditório, visto que [...] como elementos de dinamização da economia urbana, os parques e praças públicas parecem acentuar a segregação social, funcionando como – álibis – de determinadas políticas de intervenção urbana (SERPA, 2014, p. 10). Álibis, porque [...] os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos que ultrapassam largamente seus limites espaciais (SERPA, 2014, p. 42). Tais representações dos parques públicos e praças parecem ser atemporais, visto que se cristalizaram em todo e qualquer discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades como higienismo, estética, funcionalidade, progressismo, entre outros “motivos”, mas que normalmente acabam por gerar uma relação antagônica e de descontinuidade entre os parques e praças públicas e suas áreas lindeiras.

Expandindo o debate sobre a praça, enquanto espaço público, faz-se necessário tecermos antes, alguns comentários sobre a ideia de centro urbano. Para tanto torna-se necessário definir e distinguir os conceitos de centro e centralidade.

1.2 Centro e centralidade

O debate sobre centralidade teve seu início com maior poder de sistematização a partir da publicação da tese de doutorado de Walter Christaller, 1933, intitulada “Die Zentralen Orte in Suddeutschland”. Neste trabalho foi desenvolvida a Teoria dos Lugares Centrais, que proporciona ricas possibilidades de investigação de padrões de distribuição espacial de bens e serviços a partir de parâmetros de variabilidade funcional, critérios de importância e da metodologia de compreensão do alcance

espaial mínimo e máximo dos bens centrais.

As redes de localidades centrais passaram então a serem analisadas em diversos estudos, constituindo importantes ferramentas metodológicas e elaborações conceituais, como o destaque feito por Corrêa (1989), sobre os arranjos estruturais e espaciais.

Cabe destacar entretanto que a nossa abordagem tem como foco a centralidade enquanto ferramenta de redefinição de usos, na produção do espaço urbano da cidade.

Para Corrêa (1989, p. 37), Centralização e Área Central, constituem processos espaciais e conforme destaca,

A partir do começo do século XX o processo de centralização e a sua correspondente forma espacial, a Área Central passaram a ser sistematicamente considerados pelos estudiosos do fenômeno urbano. [...] De fato, a Área Central constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização (CORRÊA, 1989, p. 37).

Preocupado em aprofundar o conceito em destaque, Corrêa analisa a gênese da área central considerando a intensidade dos processos de fluxos de capital, mercadoria, pessoas e ideias no dinamismo da circulação que se ampliou exponencialmente em termos de qualidade e quantidade dos transportes inter-regionais através dos terminais ferroviários, a partir da segunda metade do séc. XIX. Isto incluía os terminais marítimos e acabava minimizando os custos de transbordo e concentrando a localização nascente de atividades como comércio atacadista, indústria, escritórios.

Em sua formação, o centro pode ser entendido como um ponto de convergência de uma grande parcela da população que diariamente circula na cidade. Pode ser entendido também como área de concentração de um grande número de estabelecimentos de comércios e serviços, ou ainda pela presença de instituições de administração pública (Centro administrativo). A concentração dos comércios e do serviços e de outras funções desencadeou novas formas de acessibilidade dentro da cidade, conforme assinala Corrêa (1989, p. 39):

A acessibilidade, por sua vez, atraiu as nascentes lojas de departamentos e de outros gêneros do comércio varejista, bem como numerosas atividades instaladas em escritórios. O mercado de trabalho foi ampliado mais ainda e os transportes intra-urbanos passaram a servir a este setor da nascente Área Central (CORRÊA, 1989, p. 39).

Assim, a área central insurgiu como resultado do processo de centralização, onde acessibilidade e demais fatores abordados tornaram-se preponderantes na

construção e definição deste conceito. Como aponta mais uma vez Corrêa (1989, p. 39): [...]Verifica-se certa sincronia entre o emergir do capitalismo em sua fase plenamente industrial e o aparecimento da Área Central. Processo, forma e também as funções estão assim conectados” (CORRÊA, 1989, p. 40). Desse modo defini-se:

- a) Área Central da cidade com uso intensivo do solo, com maior concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário [...]
 - b) Ampla escala vertical [...]
 - c) Limitada escala horizontal [...]
 - d) Limitado crescimento horizontal [...]
 - e) Concentração diurna, durante as horas de trabalho, da população, sobretudo pedestres [...]
 - f) Foco de transportes intra-urbanos [...]
 - g) Áreas de decisão [...]
- (CORRÊA, 1989, p. 40)

Já na análise de Villaça (1998), a definição de centro e centralidade nem sempre remetem ao contexto de ponto geográfico, definido anteriormente, posto que considera que o centro pode ser fruto das primeiras delimitações, ou seja, do sítio histórico onde a cidade se originou, enquanto a centralidade (dialogando com as concepções de Corrêa) é explicada pelo fator deslocamento.

O centro se distingue pela multifuncionalidade de elementos e obras que o compõe, afirmando seu valor como centralidade também pelo aglomerado de várias funções distintas que aí se encontra, contudo, as temporalidades diferentes não ofuscam a importância competitiva ao comércio por varejo que sustenta a dinâmica do centro formando uma teia urbana. O fenômeno da centralidade, associado à estagnação do centro tradicional das cidades, atingiu as cidades europeias depois das operações de reconstrução da Segunda Guerra Mundial (Fernandes, 1995). Os grandes centros comerciais europeus foram construídos sobretudo na década de 1980 e inícios da década de 1990. Este período comercial só chegou aos países do sul da Europa, e Portugal em particular, durante os anos 1990 (BALSAS, 1999). Porém, suas consequências foram gravemente sentidas pelos estabelecimentos comerciais mais antigos localizados nos centros urbanos, no continente Sul Americano.

Estas tendências de suburbanização também foram sentidas durante as duas últimas décadas em quase todas as cidades brasileiras, inclusive Fortaleza. Vargas (2000, p. 20-30) descreve o impacto do comércio no ambiente urbano de São Paulo como sendo um fenômeno relativamente recente. Essa percepção demonstra a universalidade do desenvolvimento comercial e de centralidades periféricas e a necessidade de encontrar respostas adequadas para o fato. Sobre esse fenômeno, Fernandes (1995, p. 106) explica.

Vários factores se combinaram para fazer com que aquele que foi o único centro da cidade, comece a ser visto apenas como um dos centros da cidade. Por um lado, porque em alguns casos o centro comercial se definiu no exterior de um outro centro, o histórico, por outro, porque se difundiram conceitos, termos e concretizações associados à especialização de espaços e construções, como os de centro cultural e desportivo ou centro comercial, por outro ainda, porque um vasto conjunto de

factores permitiu que aquele que era, pelo menos economicamente, “o” centro, passasse à condição de “centro tradicional”, em vista do aparecimento de “novas centralidades” no interior ou na envolvimento das maiores cidades FERNANDES, 1995, p. 106).

Isto posto, podemos afirmar que ao se analisar o desenvolvimento das dinâmicas sócias – espaciais e das configurações físico – espaciais das praças de Fortaleza, enquanto partícipes do próprio processo de expansão urbana da cidade, faz-se necessário compreendermos a relação entre a forma espacial do objeto de estudo e as suas conexões com a estrutura social, os processos e suas funções urbanas para a Cidade e levarmos em consideração três aspectos relevantes para essa compreensão que são: 1 - a produção do capital como fato gerador da expansão urbana de Fortaleza e, por conseguinte das alterações na configuração sócio – espacial da Praça, gerando no decorrer de sua história variados níveis de centralidade; 2 - as intervenções urbanas ocorridas como causa das alterações física – espaciais efetivadas nas praças e como consequência das necessidades das Gestões Públicas, que em tese, se legitimarem enquanto poder local e pretensa ferramenta de equidade social dentro do contexto histórico da época; 3 - por fim as diversas representações sociais que as praças possuíram no decorrer da sua história para a sociedade da urbe fortalezense. Vale ressaltar que estes três aspectos embora imbricados, concomitantes, intrínsecos e não excludentes, em alguns momentos assumiram posicionamento ora concordantes, ora dicotômicos e até antagônicos entre si em relacionamentos de consensualidade e de conflitos observados na origem da cidade até a contemporaneidade. Nos apoiamos em Corrêa (1989), que discute o tema dos agentes sociais produtores do espaço urbano. Para ele os agentes sociais que “fazem e refazem o espaço urbano” são: os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção (os produtores do capital), o Estado (os gestores públicos) e os grupos sociais excluídos (também eles enquanto representantes da sociedade).

Retornando a análise das Ágoras, Podemos observar que as relações mercantis ocupavam caráter secundário nesse período por que as cidades possuíam viés político, a ponto de Henri Lefebvre em seu livro *Revolução Urbana* (1999), conceituar a evolução urbana das cidades como cidades políticas seguidas das cidades comerciais quando da expansão urbana impulsionada pelo surgimento ainda insipiente das relações comerciais, além-fronteiras das nações, seguida das cidades industriais onde o espaço urbano já se definia e se configurava pelas relações mercantis que valorizavam ou depreciavam o uso e ocupação do solo, enquanto mercadoria e produto de uma sociedade industrial, até a cidade contemporânea, enquanto sociedade urbana que representa agora, mais que um espaço ocupado por atividades específicas interrelacionadas, um conceito que [...] designa, mais que um

fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade. Isso, por conseguinte, não tira o valor de outra caracterização crítica da realidade contemporânea como, por exemplo, a análise da “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1999, p. 16). É exatamente o consumo dirigido, explicitado por Lefebvre, que determina as práticas comerciais atuais que têm como objetivo atrair cada vez mais sua clientela com a promessa e proposta de atender suas vontades, desejos, expectativas e anseios. Seja com a idéia de vincular e agregar simulacros de realidade perfeita através do consumo, seja através de propagandas subliminares que estimulam e ditam o consumo. Salgueiro e Cachinhos (2006), em artigo intitulado “As relações Cidade – Comércio: Dinâmicas de Evolução e Modelos Interpretativos”, afirmam que na sociedade urbana [...] ocorreu uma setorização do comércio que tenta fidelizar sua clientela de maior poder aquisitivo ao tentar associar seu produto a um estilo de vida (2006, p.22). Apesar de suas análises serem referentes a evolução urbana de Lisboa, esta muito se assemelha a outras evoluções urbanas ocorridas em outras cidades do mundo como em outras cidades do Brasil, inclusive Fortaleza.

Tal afirmação se exemplifica quando observamos a existência de uma temporalidade diferenciada em relação à do entorno e do interior do shopping. Até os materiais construtivos utilizados são determinantes na permanência e vinculação do usuário com o espaço, como por exemplo o piso que é escorregadio, obrigando o frequentador a andar com certa lentidão e morosidade, fazendo com que este vivencie e se influencie com atmosfera lúdica dos shoppings, caso o contrário, estes apenas transitariam em seu interior. Observando seu interior, vemos que tudo brilha e reluz, os odores são agradáveis, as fachadas coloridas das lojas prometem alegria, felicidade e bem estar como se estas condições de existência pudessem ser valoradas e vendidas. As paredes do shopping encerram surpresas e garantem segurança. Se anteriormente as vitrines das lojas eram externas e exteriorizadas, atualmente estas se voltam para o interior do shopping como se afirmando ser apenas para poucos “olhos” seletos e merecedores de tal “benção”.

Nesta “cidade cenográfica”, os espaços comerciais, enquanto realidade material funcionam apenas como uma pré-condição de existência. Fornecem o palco, os cenários e os espaços de melhor visualização. É no plano simbólico, no diálogo que conseguem construir com os consumidores o espetáculo, as representações e as narrativas que acontecem e são construídas, para que tal cidade se torne real e faça parte do imaginário de cada um, e assim possam ser concebidos, percebidos e vividos (trialogia de Lefebvre). A fronteira entre a cena e a realidade se torna imprecisa, sobretudo na consciência dos “atores”, como incerta se torna também a separação entre atores e público, a cena e a entrecena. Os indivíduos que a usufruem vivem passando de uma representação para outra, sem se aperceberem disso e sem que se saiba afinal onde termina a ficção e começa a realidade. Num contexto

de pura simulação e disfarce, onde a representação social imita não a coisa real, mas o imaginário, necessariamente o mundo tem que ser real porque é este e não outro que é desejado. Concomitante a construção deste “universo”, associa-se uma gama de atividades há bem pouco tempo díspares daquelas fornecidas usualmente por centros comerciais de prestação de serviços públicos como: Detran e Polícia Federal; educacionais, a exemplos de Faculdades e outros cursos; de atividades de lazer como: academias de ginástica, além daquelas mais conhecidas como cinema, praça de alimentação e parques temáticos. Tudo isso para incrementar sua atividade basilar que é a venda e o consumo e mais ainda agora com a permissão de poder entrar como seu animal de estimação.

Em suma, do ponto de vista do ambiente físico e material, a “cidade” construída pelos espaços comerciais só se efetiva através das práticas primordiais de consumo que transcendem a materialidade e no espaço é que se efetiva a relação comércio e cidade.

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, ante o exposto, que a diversidade de atividades que os Shoppings Centers possuem de caráter diversional, além da profusão de serviços e ofertas mercantis, associada a uma estética e uma atmosfera irreal, construído e simulacro meticulosamente construídos com o intuito de atrair o cliente e fazer com que este permaneça o maior tempo possível dentro de seu espaço, fazem com que aumente cada vez mais seus frequentadores. Por sua vez os atuais espaços públicos estão possuindo elementos estéticos e construtivos, bem como equipamentos e mobiliários urbanos que fogem ao padrão usual de um espaço público mais se assemelhando a um espaço privado, mas sem os elementos de atração destes que em efeito contrário causam certo estranhamento e distanciamento em função de um conflito direto com as representações simbólicas atávicas herdadas da coletividade do que deveria ou poderia ser um espaço público, nos levando a fazer um questionamento sobre a apropriação das funções da praça, enquanto espaço público e detentor da primazia dos locais de encontro e interação da sociedade, pelos espaços privados em sua proposta de “ideário de espaço perfeito”, mais também da influência reversa dos espaços privados sobre a proposta cada vez mais minimalista e aparentemente sem atrativos, para a população, dos espaços públicos. E desses questionamentos nasce uma pergunta: Os espaços públicos continuam detentores do título de “Ágora Contemporânea”, ou outros espaços, agora de natureza privada, se apropriaram de forma definitiva dessa titularidade?

REFERÊNCIAS

BALSAS, Carlos José Lopes. **Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização do centro das cidades**. Lisboa: Ministério da Economia, 1999.

BENÉVOLO, Leonardo. **A história da cidade**. Editora Perspectiva. São Paulo 2010. CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Série Princípios. Editora Ática. São Paulo 1989.

_____. **Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil**. In: Revista Território, Rio de Janeiro, nº. 8 jan./jun. 2000.

DIZERÓ, Joselle Davanço. **Praça do interior paulista: estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC, Campinas, 2006.

FERNANDES, José Alberto Rios. **Urbanismo Comercial – A Experiência Portuguesa**. Revista da Faculdade de Letras, X/XI, 1994-95. (105-125).

FONT, Mauro. **A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LEFEBVRE. Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Suas origens, transformações e perspectivas. Editora Martins Fontes. São Paulo 1982.

PAQUOT, T. **L'espace public**. Collection : Repères. Éditeur La Découverte. Paris, 2015.

SALGUEIRO, Theresa Baratta, CACHINHOS, Herculano. **As relações cidade – comércio: Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos**. Site: <https://www.researchgate.net/publication/304751977>. Acessado dia 16/09/2017.

SERPA, Angelo. **Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. A produção do Espaço Urbano**. Editora Contexto. São Paulo 2014.

_____. **O espaço Público na Cidade Contemporânea**: São Paulo; Editora Contexto.2007.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Stúdio Nobel. FADESP, 1998.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos - Mestra em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Licenciada em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2018). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2016). É Professora de Literatura no Ensino Fundamental do Colégio Externato Santa Dorotéia, João Pessoa. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direitos humanos, direitos sociais, direitos das minorias), Literatura (literatura e sociedade, literatura e cultura, literatura e história, estudos pós-coloniais, guerra de independência, literatura portuguesa, literaturas africanas de língua portuguesa), Linguística (ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Vinculada a grupo de pesquisa devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0003-1179-999X. E-mail: <thamiresvasconcelos.adv@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agir comunicativo 116, 118, 127

América latina 16, 25, 26, 32, 35, 66, 73, 107, 137, 166, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 249, 275, 276, 277, 281, 284, 285, 286, 287

Áreas urbanas 88

Argentina 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 32, 33, 64

Assistência estudantil 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Avaliação 82, 84, 87, 90, 99, 103, 104, 108, 113, 119, 120, 121, 289, 290, 292, 301

B

Brasil 2, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 32, 34, 36, 37, 39, 44, 47, 48, 69, 73, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 107, 110, 113, 117, 118, 126, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 180, 182, 186, 187, 196, 197, 199, 204, 209, 211, 218, 222, 240, 241, 243, 254, 299, 303, 304

C

Cataluña 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Ciências humanas 57, 60, 100, 101, 142

Colonização 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 175, 177, 182, 183, 187, 188, 195

E

Educação 14, 22, 23, 33, 46, 99, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 132, 149, 196, 198, 200, 202, 209, 212, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304

Empresa 2, 5, 66, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296

Espaço 7, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 40, 46, 51, 53, 58, 59, 61, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 85, 97, 111, 118, 119, 122, 125, 126, 131, 142, 167, 168, 173, 176, 181, 188, 189, 197, 198, 205, 207, 234, 235, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 256, 261, 265, 289, 290, 301

Estado 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 51, 52, 53, 55, 59, 64, 65, 78, 88, 102, 107, 110, 116, 128, 129, 130, 131, 133, 138, 139, 142, 150, 154, 160, 162, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 204, 207, 209, 211, 228, 235, 248, 286, 293, 304

F

Feminismo 27, 28, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 267

G

Gênero 25, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 36, 45, 46, 48, 136, 139, 142, 214, 215, 227, 228, 229, 230, 240, 241, 255, 259, 266, 267

I

Identidade 25, 26, 28, 29, 30, 31, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 56, 74, 139, 149, 166, 176, 178, 179, 182, 183, 189, 191, 192, 193, 194, 197, 200, 202, 206, 212, 225, 262, 267, 292, 301, 304
Infantil 31, 149, 203, 204, 205, 207, 208, 210, 211

L

Liberdade 18, 21, 31, 39, 71, 135, 136, 137, 138, 142, 153, 169, 171, 178, 183, 209, 225, 226, 276, 280, 281, 283, 285
Livro 16, 31, 36, 74, 78, 184, 201, 204, 208, 222, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 253, 254, 256, 257, 271, 276, 277, 281, 287

M

Machismo 38, 39, 40, 41, 43
Maternidade 30, 151, 152, 153
Migrações transnacionais 1

P

Plano diretor 62, 63, 64
Prática 5, 11, 16, 30, 31, 53, 57, 58, 71, 74, 119, 120, 121, 123, 126, 130, 136, 137, 174, 175, 179, 183, 191, 192, 193, 196, 209, 214, 215, 224, 240, 279, 289, 290, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 304
Publicidade 74, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

R

Religioso 11, 168, 170, 171, 174, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276

S

Saúde 32, 33, 64, 103, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 154, 289, 290, 295
Sociologia 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 16, 142, 271, 273, 274, 282
Subjetividade 38, 39, 41, 45, 47, 200
Suicídio 15, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150

T

Teologia da libertação 275, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 284, 285, 287
Teoria 4, 7, 22, 28, 31, 36, 45, 58, 75, 102, 127, 171, 182, 193, 222, 224, 254, 268, 304

